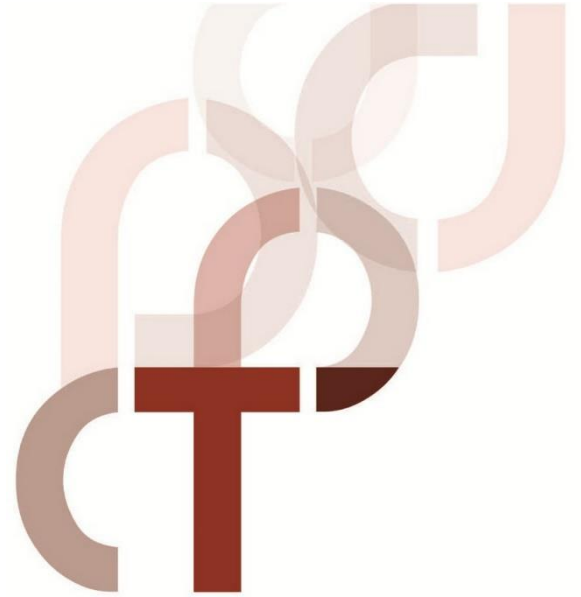


Sumário Executivo



Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2019-2023 (Atualização)

Relatório CFP n.º 10/2019

SUMÁRIO EXECUTIVO

As projeções do CFP para a economia portuguesa apontam para a continuação de uma trajetória de abrandamento da atividade económica no período 2019-2023.

Num cenário de políticas invariantes, a redução do crescimento do PIB real observada em 2018 deverá prolongar-se no médio prazo: de 1,9% em 2019 para 1,5% em 2023.

Síntese do cenário macroeconómico do CFP (t.v.a., %)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produto Interno Bruto	2,4	1,9	1,7	1,7	1,6	1,5
Consumo privado	3,1	2,1	1,9	1,8	1,5	1,4
Consumo público	0,9	0,7	1,2	1,0	1,1	1,2
Formação Bruta de Capital Fixo	5,8	7,6	5,2	4,0	3,2	3,0
Exportações	3,8	2,7	3,1	3,3	3,5	3,2
Importações	5,8	4,6	4,0	4,0	3,8	3,6
Contributo da procura interna (p.p.)	3,2	2,7	2,1	2,0	1,8	1,7
Contributo das exportações líquidas (p.p.)	-0,8	-0,8	-0,4	-0,3	-0,2	-0,2
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	7,0	6,2	6,0	6,0	6,0	5,9
Emprego	2,3	1,2	0,6	0,5	0,3	0,3
Cap. líq. de financiamento face ao exterior (% PIB)	1,2	0,4	0,0	-0,2	-0,5	-0,7
Balança de bens e serviços (% PIB)	0,1	-0,6	-1,0	-1,2	-1,4	-1,7
Deflator implícito do PIB	1,6	1,3	1,1	1,1	1,1	1,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	1,2	0,3	0,6	1,1	1,2	1,2
Hiato do produto (% PIB potencial)	1,7	1,6	1,1	0,8	0,6	0,3

Fontes: INE (2018) e projeções CFP (2019-2023).

A redução esperada para 2019 reflete, por um lado, o abrandamento no crescimento das exportações devido a um quadro internacional e procura externa menos favoráveis e, por outro lado, a moderação da expansão da procura interna, em particular do consumo privado.

A trajetória de crescimento projetada representa um cenário de convergência da economia no médio prazo para o seu potencial. Esta perspetiva indicia a maturação da fase de expansão do ciclo económico e a existência de constrangimentos ao crescimento potencial da economia portuguesa, nomeadamente a baixa produtividade, o investimento insuficiente para repor o stock de capital e o rácio do investimento no PIB a níveis pré-crise de 2009 e as tendências demográficas desfavoráveis.

O contributo da procura interna para o crescimento do PIB deverá abrandar ao longo do horizonte de projeção, passando de 3,2 p.p. em 2018 para 2,7 p.p. em 2019 e gradualmente para 1,7 p.p. em 2023. Já as exportações líquidas deverão manter o seu contributo negativo para o crescimento em -0,8 p.p. em 2019, sendo esperada uma recuperação progressiva para -0,2 p.p. até 2023. Esta dinâmica traduz-se na deterioração da balança de bens e serviços a partir de 2019, que passa a apresentar um saldo negativo, bem como num saldo externo negativo a partir de 2021.

Uma análise aos contributos das componentes do PIB líquidos de importações revela o consumo privado e as exportações como os principais motores de crescimento da economia portuguesa nas projeções.

A evolução da atividade económica deverá ser acompanhada por uma melhoria das condições no mercado de trabalho em 2019, projetando-se um crescimento de 1,2% do emprego e a redução da taxa de desemprego para 6,2%. No médio prazo antecipam-se crescimentos progressivamente menores no emprego, de 0,6% em 2020 até 0,3% em 2023, que se refletem na manutenção da taxa de desemprego em torno de 6,0%. Por sua vez, este cenário projeta uma inflação (medida pela taxa de variação do IHPC) de 0,3% para 2019, uma aceleração para 0,6% em 2020 e uma estabilização em 1,2% no médio prazo.

O atual cenário orçamental de médio prazo aponta para que já no corrente ano se atinja um excedente orçamental de 0,1% do PIB, antecipando em um ano a previsão do MF para a eliminação do desequilíbrio orçamental. Na ausência de novas medidas de política, a projeção de médio prazo do CFP apresenta saldos orçamentais positivos até 2023.

Projeções orçamentais do CFP (% GDP), cenário de políticas invariantes

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total	43,0	43,5	43,4	43,6	43,0	42,7
Receita corrente	42,6	43,1	42,9	42,7	42,5	42,2
Receita fiscal	25,3	25,4	25,4	25,3	25,3	25,3
Impostos indirectos	15,2	15,3	15,3	15,4	15,4	15,4
Impostos directos	10,1	10,1	10,0	10,0	9,9	9,9
Contribuições Sociais	11,7	12,0	11,9	11,9	11,8	11,7
Vendas e outra receita corrente	5,6	5,7	5,6	5,5	5,4	5,3
Receitas de capital	0,4	0,4	0,5	0,9	0,5	0,5
Despesa Total	43,5	43,4	43,0	42,8	42,6	42,5
Despesa Primária	40,1	40,3	39,9	39,8	39,7	39,6
Despesa Corrente Primária	37,0	37,1	36,9	36,6	36,4	36,2
Consumo intermédio	5,4	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1
Despesas com pessoal	10,7	10,8	10,8	10,7	10,5	10,4
Prestações sociais	18,2	18,3	18,2	18,0	17,9	17,9
Subsídios e outra despesa corrente	2,6	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Despesas de capital	3,1	3,1	3,0	3,2	3,3	3,4
Saldo primário	2,9	3,3	3,4	3,8	3,3	3,1
Juros	3,4	3,1	3,1	3,0	2,9	2,9
Saldo global	-0,4	0,1	0,3	0,8	0,3	0,2
Saldo ajustado de medidas temporárias e n/recorrent	0,0	0,7	0,6	0,5	0,3	0,2
Saldo Estrutural	-0,9	-0,2	0,0	0,1	0,0	0,0
Dívida Pública	122,2	118,5	116,2	112,5	108,9	106,5

Fontes: INE, BdP (2018) e projeções CFP (2019-2023).

A trajetória dos agregados orçamentais aponta para uma redução do peso da receita e despesa pública total em 0,9 p.p. do PIB, ao longo do período de projeção. Esta evolução reflete um crescimento nominal das componentes destes agregados inferior aos das suas bases macroeconómicas.

A redução da despesa corrente primária explica a redução do peso da despesa no PIB, refletindo a diminuição do peso das despesas com pessoal (em 0,4 p.p. do PIB), das prestações sociais (em 0,4 p.p. do PIB) e do consumo intermédio (em 0,1 p.p. do PIB). Em sentido oposto, é expectável que a despesa de capital apresente um aumento de 0,3 p.p. do

PIB, em consequência, de uma maior execução de projetos financiados por fundos comunitários, da reposição de *stock* de capital das Administrações Públicas e do reforço do investimento público no domínio das infraestruturas e de um maior montante de injeções de capital no Novo Banco por ativação do Mecanismo de Capital Contingente.

A despesa com juros deverá ter uma redução de 0,3 p.p. do PIB no período de 2019 a 2023. Esta trajetória descendente, que beneficia o saldo orçamental, é determinada pela evolução projetada para o *stock* da dívida pública, pela evolução favorável das taxas de juro e pelo efeito do crescimento do PIB nominal.

O comportamento esperado da receita total das Administrações Públicas para o período em análise assinala igualmente uma redução de 0,9 p.p. do PIB, refletindo integralmente a evolução esperada da receita corrente permanecendo a receita de capital estável face ao crescimento do PIB. Neste período espera-se uma redução da receita fiscal de 0,2 p.p. do PIB, para a qual contribuem integralmente impostos diretos, já que os impostos indiretos deverão aumentar o seu peso em 0,1 p.p.

O CFP projeta uma diminuição do rácio da dívida pública em relação ao PIB, de 122,2% no final de 2018 para 106,5% em 2023, uma redução de 15,7 p.p. do PIB que compara com uma diminuição de 9 p.p. nos cinco anos anteriores.

No âmbito da avaliação do cumprimento dos requisitos estabelecidos na vertente preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), a projeção aponta para excedentes orçamentais que elevam a margem de segurança em relação ao rácio de 3% do PIB para o défice orçamental nominal. Assim, o Objetivo de Médio Prazo (OMP) deverá ser atingido em 2020 e mantido no restante horizonte de projeção, com a estabilização de uma posição de equilíbrio no saldo orçamental estrutural. Em paralelo com esta evolução deverá ser igualmente garantido o cumprimento da regra de correção do excesso da dívida no período 2019 a 2023.

O CFP antecipa um enquadramento externo com um crescimento modesto da economia global, em particular na área do Euro. Os riscos associados às projeções estão essencialmente associados ao contexto económico internacional, designadamente os que resultam das tensões de escalada protecionista, da desaceleração da economia chinesa, da incerteza associada ao Brexit e das tensões no Médio Oriente. No plano orçamental destacam-se como riscos (i) os efeitos na evolução da receita fiscal da desaceleração da economia, (ii) o impacto potencial de medidas de apoio ao sector financeiro e a entidades do sector público (a exemplo da SATA Air Açores); e (iii) a concretização de pressões orçamentais sobre as componentes mais rígidas da despesa pública (despesa com prestações sociais e despesa com pessoal).